

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2024**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2024**

**CONTRATANTE**

CIRUSPAR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE URGÊNCIAS DO SUDOESTE DO PR.

**OBJETO**

FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LUVAS DE PROCEDIMENTOS, PARA A UTILIZAÇÃO DO CIRUSPAR SAMU 192 SUDOESTE DO PR.

**APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS**

*Data limite para apresentação de propostas:* 23/10/2024, podendo ser prorrogado mediante justificativa.

*E Mail:* [licitacao@ciruspar.pr.gov.br](mailto:licitacao@ciruspar.pr.gov.br)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço por Item

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

LEI 14.133/2021, artigo 75, inciso III.a

## AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO Nº 51/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2024

Torna público que o Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgências do Sudoeste do Paraná - CIRUSPAR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 14.896.759/0001-09, com sede e foro na Rua Assis Brasil, 608, CEP: 85.504-010, Bairro Vila Isabel, em Pato Branco - PR, neste ato representado pelo seu Presidente, **Disnei Luquini**, brasileiro, portador do RG nº 6.866.177-3 SSP/PR, inscrito no CPF nº 001.307.649-30, residente e domiciliado na Rua Hortencio Delani, nº 122, Bairro São Francisco, na cidade de Ampére/PR - CEP: 85.640-000, realizará a presente dispensa de Licitação, em atendimento as necessidades de utilização de Luvas de Procedimentos, pelos servidores do CIRUSPAR, sendo processado e julgado em conformidade com as disposições deste aviso e seus anexos, Lei 14.133/2021, artigo 75, inciso III.a, resolução CIRUSPAR nº 071/2023, suas alterações e demais normas aplicáveis.

### APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

**Data limite para apresentação de propostas:** 23/10/2024, podendo ser prorrogado mediante justificativa.

**Critério de Julgamento:** Menor Preço por Item

**E Mail:** [licitacao@ciruspar.pr.gov.br](mailto:licitacao@ciruspar.pr.gov.br)

### 1. OBJETO

1.1 – Formação de Registro de Preços para aquisição de luvas de procedimentos, para a utilização do CIRUSPAR SAMU 192 Sudoeste do PR, conforme segue:

### 2. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Item	Qtde	Und	Descrição	RS Unit	RS Total
1	1200	Cx.	Luva de procedimento em látex, tamanho G. USO HOSPITALAR. Levemente talcada, não estéril. Para procedimentos não cirúrgicos. Uso único, individual e por procedimento, não deve ser reprocessado. Composição: Látex natural, levemente talcada com pó absorvível (amido de milho). Anatômicas, ambidestras. Caixas dispensadora com 100 unidades cada (50 pares). Aprovada pelo Ministério da Saúde e Registro Anvisa. Deve atender as exigências da RDC nº05 de 15 de fevereiro de 2008 (CA e Lote impressos no punho). BR0269892. Cód. 15370	20,90	25.080,00
2	300	Cx.	Luva de procedimento em látex, tamanho GG/XG. USO HOSPITALAR. Levemente talcada, não estéril. Para procedimentos não cirúrgicos. Uso único, individual e por procedimento, não deve ser reprocessado. Composição: Látex natural, levemente talcada com pó absorvível (amido de milho). Anatômicas, ambidestras. Caixas dispensadora com 100 unidades cada (50 pares). Aprovada pelo Ministério da Saúde e Registro Anvisa. Deve atender as exigências da RDC nº05 de 15 de fevereiro de 2008 (CA e Lote impressos no punho). BR0287713. Cód. 15371	24,00	7.200,00
3	300	Cx.	Luva de procedimento nitrílica, tamanho GG/XG, para uso médico, produzida em 100% borracha nitrílica, nas cores branca ou azul, maior proteção, isenta de talco e evita alergia e irritação. Caixa com 100 unidades. Com CA do Ministério do Trabalho. BR0313652. Cód. 15770	20,75	6.225,00

<b>TOTAL</b>				<b>RS 38.505,00</b>	
--------------	--	--	--	---------------------	--

### 3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste processo, os interessados que atendam as condições deste aviso e seus anexos.

3.2 - Não poderão participar deste processo, os interessados que: Não atendam as condições deste aviso e seus anexos.

3.2.1 - Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, visto que o objeto a ser adquirido não é considerado de alta complexidade ou de grande vulto, não trazendo prejuízos à competitividade deste processo.

3.2.2 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.2.3 - Demais casos explicitados no art. 14º da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 4 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DECLARAÇÕES

4.1 - Os fornecedores interessados em participar deste processo de dispensa de licitação deverão encaminhar sua proposta de preços, conforme modelos do Anexo I, exclusivamente pelo e-mail: [licitacao@ciruspar.com.br](mailto:licitacao@ciruspar.com.br)

4.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço vinculam o fornecedor.

4.3 - Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4 - O prazo de validade das propostas não poderá ser inferior a 30 dias, a contar da data do encerramento do envio das propostas.

4.5 - O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional, com até 02 (duas) casas decimais (0,00).

Para fins de agilidade e economicidade dos recursos públicos, aqueles proponentes que oferecerem seus produtos com mais de 2 (Duas) casas decimais, terão suas propostas finais reajustadas, sem prévia consulta, sendo desconsiderado o 3º (Terceiro) dígito, sem arredondamento.

Para balizar os preços, poderá a (Comissão de Contratação) realizar pesquisas junto a outros prestadores, em mídias eletrônicas, contratos públicos de outros entes (de mesmo objeto), sites do governo e demais, conforme pertinência.

#### 5. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1. Após encerrado o período de recebimento de propostas e declarações, a comissão de contratação verificará todas as propostas apresentadas e as classificará do menor para o maior preço ofertado.

5.2. A comissão responsável realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço, que será de acordo com os praticados no mercado, coerente com a execução do objeto ora adquirido, sendo aferido mediante pesquisa de preços que constará no processo administrativo.

5.3. Se a proposta não for aceitável, ou for desclassificada, poderá a comissão examinar a proposta subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este aviso.

5.4. Definida a proposta vencedora, o CIRUSPAR solicitará o envio dos documentos de habilitação da mesma.

5.5. No julgamento das propostas, a comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das mesmas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, incluído aos autos do processo.

5.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.7. No caso de empate entre duas proponentes, o CIRUSPAR solicitará às mesmas, novas propostas e considerará primeira classificada a que ofertar o menor preço.

#### 6. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

6.1. A Empresa que ofertar a Cotação de Menor Preço será convocada pelo Setor de Licitação a encaminhar os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO para o e-mail [licitacao@ciruspar.com.br](mailto:licitacao@ciruspar.com.br), no prazo de 2 horas, após o recebimento da convocação.

6.1.1. Poderá o CIRUSPAR, mediante justificativa que constará no processo, prorrogar o prazo acima referenciado, desde que solicitado pelo proponente primeiro classificado.

6.2. O proponente primeiro colocado, para cada item deverá apresentar os seguintes documentos para fins de habilitação em formato digital da via original.

##### 6.2. HABILITAÇÃO JURIDICA:

*I - registro comercial, no caso de empresa individual.*

*II - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor ou a última alteração contratual, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.*

*III - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.*

*IV - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.*

*V - Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);*

##### 6.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

*I - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).*

*II - prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.*

*III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS) Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.*

*IV - prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.*

*V - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de*

*Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida eletronicamente através do site <http://www.tst.jus.br>.*

#### **6.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA**

**6.4.1. Certidão Negativa de Pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial e Extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial do participante, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste aviso, se outro prazo não constar no documento, ou **Certidão Positiva de Pedido de Recuperação Judicial ou extrajudicial**, condicionada à apresentação de Certidão emitida pela instância judicial competente, que declare que a empresa se encontra apta econômica e financeiramente para participar deste processo.

#### **6.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**6.5.1** – Será solicitado da proponente vencedora da dispensa, a apresentação de prospecto, catálogo, cartilha ou qualquer outro documento, em língua portuguesa, que demonstre especificações técnicas, devendo o produto estar em conformidade com as normas nacionais aplicáveis. (**Registro ANVISA e Certificado de Aprovação – CA do Mte**), e atender com o descrito do Edital e do Termo de Referência.

#### **7. VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO**

**7.1** - Fica autorizada, como faculdade, a verificação pela comissão em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, o que constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.2** - A comissão verificará se o primeiro colocado, atende as condições quanto a existência de sanção que impeça a sua contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

**7.2.1** - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

**7.2.2** - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União, Consulta

Licitantes Inidôneos – mantido pelo Tribunal de Contas da União e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**7.2.3** - Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>).

**7.3** - Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do participante, com número de CNPJ. Se o participante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade todos os estabelecimentos da empresa.

**7.4** - Na verificação dos documentos de habilitação, a comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das mesmas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, incluído aos autos do processo.

**7.5** - Se o primeiro proponente não atender as exigências de habilitação, poderá a comissão examinar a proposta e habilitação subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de alguma que atenda a este aviso

#### **8. CONTRATAÇÃO**

**8.1**- Após a homologação e adjudicação, será firmado Contrato, com a proponente primeira classificada.

**8.2** - Caso a proponente primeira classificada não atenda aos requisitos habilitatórios ou se recuse a assinar o contrato, o CIRUSPAR firmará Contrato com a próxima proponente classificada que cumpra as exigências constantes neste aviso e seus anexos.

**8.3** - O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

**8.4** - O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**8.5** - O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

#### **9. SANÇÕES E INFRAÇÕES DO PROCESSO**

**9.1** - Caberá multa compensatória a ser calculada sobre o valor total da proposta, sem prejuízo das demais sanções administrativas e indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa, ao participante que:

**9.1.1** - Apresentar declaração ou documento falso: multa de 20% (vinte por cento);

**9.1.2** - Deixar de apresentar documento na fase de saneamento: multa de 5% (cinco por cento);

**9.1.3** - Não mantiver sua proposta, até o momento da adjudicação: multa de 10% (dez por cento);

**9.1.4** - Recusar a celebrar/assinar o instrumento de contratação: Multa punitiva de 20% (vinte por cento), em valor não inferior a R\$ 1.500 (um mil e quinhentos reais).

**9.2** - Cumulativamente ou não, com sanções anteriores poderá ainda ser aplicada a suspensão temporária de participação de licitar e contratar com o CIRUSPAR, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

**9.3** - As sanções por atos praticados durante a execução do objeto estão previstas na minuta do contrato.

## 10. DISPOSIÇÕES GERAIS

**10.1** - O resultado e demais atos do presente processo serão divulgados no endereço eletrônico [www.ciruspar.com.br](http://www.ciruspar.com.br), na aba licitações e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

**10.2** - As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**10.3** - Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

**10.4** - Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**Anexo I** - Termo de Referência.

**Anexo II** - Modelo de Proposta comercial.

**Anexo III** – Minuta de Contrato

**Demais termos e condições estão dispostos na minuta do contrato e neste aviso de dispensa de licitação.**

Pato Branco/PR, 18 de outubro de 2024.

---

*Kelly Cristine Custódio dos Santos*  
*Diretora Geral do CIRUSPAR*

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO:**

1.1 – Formação de Registro de Preços para aquisição de luvas de procedimentos, para a utilização do CIRUSPAR SAMU 192 Sudoeste do PR, conforme segue:

Item	Qtde	Und	Descrição	R\$ Unit	R\$ Total
1	1200	Cx.	Luva de procedimento em látex, tamanho G. USO HOSPITALAR. Levemente talcada, não estéril. Para procedimentos não cirúrgicos. Uso único, individual e por procedimento, não deve ser reprocessado. Composição: Látex natural, levemente talcada com pó absorvível (amido de milho). Anatômicas, ambidestras. Caixas dispensadora com 100 unidades cada (50 pares). Aprovada pelo Ministério da Saúde e Registro Anvisa. Deve atender as exigências da RDC nº05 de 15 de fevereiro de 2008 (CA e Lote impressos no punho). BR0269892. Cód. 15370	20,90	25.080,00
2	300	Cx.	Luva de procedimento em látex, tamanho GG/XG. USO HOSPITALAR. Levemente talcada, não estéril. Para procedimentos não cirúrgicos. Uso único, individual e por procedimento, não deve ser reprocessado. Composição: Látex natural, levemente talcada com pó absorvível (amido de milho). Anatômicas, ambidestras. Caixas dispensadora com 100 unidades cada (50 pares). Aprovada pelo Ministério da Saúde e Registro Anvisa. Deve atender as exigências da RDC nº05 de 15 de fevereiro de 2008 (CA e Lote impressos no punho). BR0287713. Cód. 15371	24,00	7.200,00
3	300	Cx.	Luva de procedimento nitrílica, tamanho GG/XG, para uso médico, produzida em 100% borracha nitrílica, nas cores branca ou azul, maior proteção, isenta de talco e evita alergia e irritação. Caixa com 100 unidades. Com CA do Ministério do Trabalho. BR0313652. Cód. 15770	20,75	6.225,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 38.505,00</b>	

**2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

2.1 - A presente contratação busca suprir a necessidade de EPIS - Equipamentos de Proteção Individual, para entrega e reposição imediata aos servidores do CIRUSPAR - SAMU 192 Sudoeste do Paraná, em Cumprimento das Normas Regulamentadoras – NRs, do Ministério do Trabalho e Emprego, portaria 3.214, de 08 de julho de 1978, em complemento ao Capítulo V da Consolidação das Leis do trabalho – CLT e o Regimento Interno dos Empregados Públicos do CIRUSPAR, sendo que os mesmos devem atender as especificações técnica contidas no descritivo dos produtos deste edital.

2.2 – De acordo com a Lei 14.133/21, art. 75, Inciso III.a; Conforme solicitação do Setor de Segurança do Trabalho do CIRUSPAR, necessidade de aquisição das Luvas de Procedimento se dá devido ao fato dos mesmos terem restado fracassados no PE 03/2024 e PE 09/2024, já se encontram com seu estoque comprometido, e tratam-se de um item classificado como essencial para atendimentos de urgência e emergência, havendo a necessidade de reposição mais breve possível para não comprometer os atendimentos do SAMU 192 - Sudoeste do PR. Assim, não há licitação vigente para o fornecimento do item em questão. Com relação aos valores, foram consultadas 46 (quarenta e seis) empresas via e-mail, sendo recebidos 06 (seis) orçamentos válidos juntados ao processo de dispensa.

Considerando-se a justificativa da demanda anexa ao processo; e o disposto da Lei 14.133/2021 em seu Artigo 2º:

**Das hipóteses de dispensa de licitação**

“...II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras...”

(Valor atualizado mediante decreto nº 11.871 de 29 de Dezembro de 2023; para contratações que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais dois centavos), nos casos de outros serviços e compras).

“§ 2º Os valores referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.”

2.4 - Considerando-se o disposto na resolução do CIRUSPAR 71/2023, no Artigo 75 da lei federal nº 14.133/21, quanto à necessidade de prévia publicação, pelo prazo mínimo de 3 (três dias) úteis, de aviso de contratação em sítio eletrônico, fica justificadas a necessidades de a aquisição imediata para suprir a necessidade de fornecer Equipamentos de Proteção Individual aos servidores envolvidos nos atendimentos do CIRUSPAR SAMU 192 Sudoeste do PR.

2.5 - Considerando-se que, sem prejuízo disso, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da autorização de contratação pela autoridade competente os atos praticados no âmbito deste processo serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como o extrato da contratação em publicação oficial adotado pelo CIRUSPAR.

### 3. DA HABILITAÇÃO

3.1 - A empresa deverá apresentar, para fins de habilitação, os seguintes documentos, vigentes:

#### 3.1.2 - JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

*I - registro comercial, no caso de empresa individual.*

*II - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor ou a última alteração contratual, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.*

*III - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.*

*IV - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.*

*V - Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);*

**A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:**

*I - prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF)**.*

*II - prova de inscrição no **Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal**, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.*

*III - prova de **regularidade para com a Fazenda Federal (Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS) Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.*

*IV - prova de **regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.*

*V - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, emitida eletronicamente através do site <http://www.tst.jus.br>.*

#### 3.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA

CERTIDÃO NEGATIVA DE PEDIDO DE FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste Pregão, se outro prazo não constar no documento, ou CERTIDÃO POSITIVA DE PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL, condicionada à apresentação de Certidão emitida pela instância judicial competente, que declare que a empresa se encontra apta econômica e financeiramente para participar de certame licitatório

#### 3.1.4 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA LIMITAR-SE-Á:

I – **Catálogo, Rótulo ou foto**, com informações legíveis do produto em português com as especificações técnicas detalhadas, atendendo integralmente ao solicitado **para todos os itens**.

### 4 PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Os pagamentos serão efetuados até 30 (trinta) dias do mês subsequente ao vencido, mediante apresentação de nota fiscal atestado pelo Fiscal.

03.01.2.003.3.3.90.30.00.00.00.1001 – Manutenção da Coordenação de Administração.

3.3.90.30.28.00.00.00 – Material de Proteção e Segurança.

### 5 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos servidores abaixo relacionados:

A administração indica como **Gestor do Contrato** (a) do contrato, **Jackson Maurício Cesco Ribeiro**.

Compete ao Gestor, no que couber, as atribuições previstas da resolução nº 71/2023 do CIRUSPAR ou no regulamento que vier a substituir.

A administração indica como **Fiscal do Contrato** a responsável pelo setor de Segurança do Trabalho, nome: **Marieli da Silva Galvão**.

Compete ao fiscal, no que couber, as atribuições previstas da resolução nº 71/2023 do CIRUSPAR ou no regulamento que vier a substituir.

## 6 DISPOSIÇÕES FINAIS

A presente contratação está elaborada e instruída conforme disposto no art. 75, inciso III.a, da lei 14.133/21.

---

**Marieli da Silva Galvão**  
*Técnica em Segurança do Trabalho do CIRUSPAR.*

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

### 1.0 INFORMAÇÕES GERAIS – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual, para entrega e reposição imediata aos servidores do Samu 192 Sudoeste do Paraná, em Cumprimento das Normas Regulamentadoras – NRs, do Ministério do Trabalho e Emprego, portaria 3.214, de 08 de julho de 1978, em complemento ao Capítulo V da Consolidação das Leis do trabalho – CLT e o Regimento Interno dos Empregados Públicos do CIRUSPAR.

Justificativa:

- É necessário realizar a entrega ou substituição imediata de itens de Proteção Coletiva ou Individual, a todos os servidores contratados pelo CIRUSPAR, em acordo com a Normas Regulamentadoras:

- Norma Regulamentadora 01 do Ministério do Trabalho:

*“1.5.3 Responsabilidades*

*1.5.3.1. A organização deve implementar, por estabelecimento, o gerenciamento de riscos ocupacionais em suas atividades.*

*1.5.3.1.1 O gerenciamento de riscos ocupacionais deve constituir um Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR.”*

...

*“1.5.3.2 A organização deve:*

*a) evitar os riscos ocupacionais que possam ser originados no trabalho;*  
*b) identificar os perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde; Este texto não substitui o publicado no DOU 5*

*c) avaliar os riscos ocupacionais indicando o nível de risco;*

*d) classificar os riscos ocupacionais para determinar a necessidade de adoção de medidas de prevenção;*

*e) implementar medidas de prevenção, de acordo com a classificação de risco e na ordem de prioridade estabelecida na alínea “g” do subitem 1.4.1; e*

*f) acompanhar o controle dos riscos ocupacionais.”*

...

Ainda, consta na Norma Regulamentadora 06 do Ministério do Trabalho:

*“6.5 Responsabilidades da organização*

*6.5.1 Cabe à organização, quanto ao EPI:*

*a) adquirir somente o aprovado pelo órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;*

*b) orientar e treinar o empregado;*

*c) fornecer ao empregado, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas situações previstas no subitem 1.5.5.1.2 da Norma Este texto não substitui o publicado no DOU 3 Regulamentadora nº 01 (NR-01) - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, observada a hierarquia das medidas de prevenção;*

*d) registrar o seu fornecimento ao empregado, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico, inclusive, por sistema biométrico;*

- e) exigir seu uso;
- f) *responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica, quando aplicáveis esses procedimentos, em conformidade com as informações fornecidas pelo fabricante ou importador;*
- g) substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado; e
- h) *comunicar ao órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho qualquer irregularidade observada.*

No Regimento Interno dos Empregados Públicos do CIRUSPAR, consta:

*Art. 34- São Deveres dos Empregados Públicos do CIRUSPAR:*

*I. Zelar pelo cumprimento deste Regimento Interno, bem como dos Protocolos de Atendimento Pré-hospitalar, comunicados internos e resoluções;*

*IX. Apresentar-se convenientemente trajado em serviço ou com uniforme determinado em condições normais de higiene, e durante o atendimento utilizar os equipamentos de proteção individual como luva, máscara, óculos de proteção, bota e macacão;*

Sendo assim, é de responsabilidade do CIRUSPAR promover um ambiente seguro aos seus trabalhadores, sendo necessário o emprego de medidas protetivas Coletivas ou Individuais. Para que haja tal condição, foi analisado o tipo de trabalho a ser realizado, e o tipo de risco em que os trabalhadores estão expostos.

**Para atender esse ETP, recomenda-se a AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, em vista da necessidade de adquirir os itens e os mesmos já haverem fracassados no PE 03/2024 – Processo 06/2024, e no PE 09/2024 – Processo 25/2024, conforme art. 75, III, alínea “a” da Lei 14.133.**

## 2.0 ÁREA REQUISITANTE

Os setores requisitantes desta contratação são:  
Douglas Passos Mayer – Segurança do Trabalho.

## 3.0 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Para dimensionamento das quantidades a serem adquiridas foi utilizado como referência de cálculo dados do sistema, com quantidade de profissionais que atuam no CIRUSPAR e número de postos de trabalho que é previsto a utilização dos itens, e ainda o fluxo de saídas mensais do estoque. Também foi calculado que haja saldos que precisam ficar em estoque e/ou como saldo de licitação para situações emergenciais.

### a) **Luva de procedimento látex Tamanho G – QUANTIDADE: 1200 Cx c/ 100 unidades.**

Luva de procedimento em látex, tamanho G. USO HOSPITALAR. Levemente talcada, não estéril. Para procedimentos não cirúrgicos. Uso único, individual e por procedimento, não deve ser reprocessado. Composição: Látex natural, levemente talcada com pó absorvível (amido de milho). Anatômicas, ambidestras. Caixas dispensadora com 100 unidades cada (50 pares). Aprovada pelo Ministério da Saúde e Registro Anvisa. Deve atender as exigências da RDC nº05 de 15 de fevereiro de 2008 (CA e Lote impressos no punho).

**b) Luva de procedimento látex Tamanho GG/XG – QUANTIDADE: 300 Cx c/ 100 unidades.**

Luva de procedimento em látex, tamanho GG/XG. USO HOSPITALAR. Levemente talcada, não estéril. Para procedimentos não cirúrgicos. Uso único, individual e por procedimento, não deve ser reprocessado. Composição: Látex natural, levemente talcada com pó absorvível (amido de milho). Anatômicas, ambidestras. Caixas dispensadora com 100 unidades cada (50 pares). Aprovada pelo Ministério da Saúde e Registro Anvisa. Deve atender as exigências da RDC nº05 de 15 de fevereiro de 2008 (CA e Lote impressos no punho).

**c) Luva de procedimento nitrílica Tamanho GG/XG - QUANTIDADE: 300 Cx c/ 100 unidades.**

Luva de procedimento nitrílica, tamanho GG/XG, para uso médico, produzida em 100% borracha nitrílica, nas cores branca ou azul, maior proteção, isenta de talco e evita alergia e irritação. Caixa com 100 unidades. Com CA do Ministério do Trabalho.

#### 4.0 DOS LOCAIS DE ENTREGA OU EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A Entrega de todos os itens deverá ser realiza na sede administrativa do CIRUSPAR, localizada na rua Assis Brasil, 622 – Bairro Vila Isabel – Pato Branco/PR.

#### 5.0 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1200	LUIVA DE PROCEDIMENTO LÁTEX G	34,99	41.988,00
300	LUIVA DE PROCEDIMENTO LÁTEX GG/XG	34,99	10.497,00
300	LUIVA DE PROCEDIMENTO NITRILICA GG/XG	33,90	10.170,00
TOTAL			62.655,00

#### 6.0 LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para chegar aos valores estimados da contratação, foi realizado pesquisa de preços na internet. Links de referência abaixo:

Luvas de Procedimento látex: <https://www.dentalcremer.com.br/luva-de-procedimento-supermax-dc11158.html>

Luvas de procedimento nitrílica: <https://www.dentalmedsul.com.br/luva-de-procedimento-nitrilo-sonic---supermax/p>

#### 7.0 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Os itens serão solicitados de forma fracionada, pois dependerá da capacidade de armazenagem do almoxarifado que é limitada para acondicionar a quantidade total.

## 8.0 POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Os impactos ambientais gerados pela aquisição dos itens solicitados neste Estudo Técnico Preliminar, serão reduzidos através do descarte adequado em recipientes específicos disponibilizados pelo município de cada cidade das bases operacionais. A coleta dos materiais para destinação final, também é disponibilizada pelo município sede.

## 9.0 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não possui contratações correlatas e/ou interdependentes.

## 10.0 SOLUÇÃO DE MANUTENÇÃO

Os itens apontados neste ETP, tratam-se de materiais descartáveis que não necessitam de manutenção.

## 11.0 RESULTADOS PRETENDIDOS

Considerando os apontamentos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, a necessidade da aquisição destes itens é por motivo de cumprimento a questões legais, além de visar a promoção de um ambiente de trabalho mais seguro e saudável, minimizando a exposição dos trabalhadores em relação aos riscos da atividade.

## 12.0 POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Por se tratar do CIRUSPAR o empregador responsável pela entrega dos materiais e manter as condições mínimas para a execução da tarefa, cabe o mesmo promover a aquisição e disponibilização dos itens objetos desse Estudo Técnico Preliminar, para cumprimento das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, Portaria 3.214 de 8 de junho de 1978 e do Regimento Interno dos Empregados Públicos do CIRUSPAR.

Pato Branco, 04 de julho de 2024.

---

Douglas Passos Mayer  
Técnico em Segurança do Trabalho

## Assinantes

✓ **Douglas Passos Mayer**

Assinou em 04/07/2024 às 16:50:31 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Douglas Passos Mayer, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

---

## Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

**N74**

**6W1**

**3WW**

**4PE**



**ANEXO III**  
**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**  
**(USAR PAPEL SEM A LOGO DO CIRUSPAR)**

**RAZÃO SOCIAL/NOME:**  
**CNPJ:**  
**ENDEREÇO:**  
**FONE:**  
**E-MAIL:**  
**BANCO:**  
**AGÊNCIA:**  
**CONTA CORRENTE:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
				0,00	0,00

Pato Branco/PR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Nome Assinatura do Representante Legal/Procurador)

**ANEXO IV - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2024****Ata de Registro de Preços nº XX/2024**

Aos XX dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e quatro (2024), na Sede Administrativa do CIRUSPAR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 14.896.759/0001-09, com sede e foro na Rua Assis Brasil, 608, CEP: 85.504-293, Bairro Vila Isabel, em Pato Branco - PR, neste ato representado pelo seu Presidente **Disnei Luquini**, brasileiro, portador do RG nº 6.866.177-3 SSP/PR, inscrito no CPF nº 001.307.649-30, residente e domiciliado na Rua Hortencio Delani, nº 122, Bairro São Francisco, na cidade de Ampére/PR - CEP: 85.640-000, de ora em diante denominado \_\_\_\_\_ pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida na Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_ Industrial, CEP: \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_, representada pelo \_\_\_\_\_, o(a) Sr (a). \_\_\_\_\_ brasileiro, portador do RG nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_ residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_; denominada **CONTRATADA**, tendo certo e ajustado a aquisição do objeto, adiante especificado, cuja licitação foi promovida através da **Dispensa de Licitação nº 10/2024, Processo nº 51/2024**, que independente da sua transcrição, integra o presente contrato que regerá pelas disposições da Lei nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações, demais legislações aplicáveis e ainda pelas condições e exigências constantes do aviso de contratação direta, do Código Civil e do Código do Consumidor, mediante as seguintes cláusulas e condições: **Do Objeto:** Formação de Registro de Preços para aquisição de luvas de procedimentos, para a utilização do CIRUSPAR SAMU 192 Sudoeste do PR, conforme segue: **Do Valor:** O valor total certo e ajustado para a aquisição do objeto da presente Dispensa de Licitação é de **R\$ X.XXX,XX (XXXX XXXX reais)**. **Dos Prazos e Local de Entrega:** Os pedidos serão efetuados exclusivamente via e-mail, devendo a Contratada informar na proposta de preços um único e-mail para o qual os pedidos deverão ser encaminhados. O envio do pedido no e-mail informado será considerado com recebido e lido não podendo o fornecedor alegar desconhecimento posteriormente. **Após o recebimento da Nota de Empenho o fornecedor terá um prazo não superior a 20 (vinte) dias úteis para efetuar a entrega dos produtos solicitados.** A entrega dos produtos, deverá ser feita no Almoxarifado do SAMU 192 Pato Branco/PR, situada na Rua Assis Brasil, nº 622, Bairro Vila Isabel, na cidade de Pato Branco/PR – CEP: 85.504-293. No momento da entrega todos os produtos deverão ter **no mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) da validade total.** Excepcionalmente quando constatado não atendimento da validade plena dos produtos, em favor e a critério do CIRUSPAR, o fornecedor poderá apresentar, junto com a Nota Fiscal, Termo de Compromisso de Troca para garantir a cobertura da validade perdida, podendo o objeto, em caso de vencimento, ser devolvido para substituição, em cumprimento as cláusulas contratuais. **Recebimento Provisório:** A partir da data da entrega do objeto solicitado, o servidor do departamento solicitante terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis para conferência da Nota Fiscal, data de validade dos produtos, lote, quantidade, bem como verificar a conformidade dos materiais com o solicitado na Nota de Empenho. Caso ocorram divergências entre o bem solicitado e o entregue, o CIRUSPAR deverá rejeitá-lo e solicitar a reposição dos materiais junto a contratada. **Recebimento Definitivo:** Após o prazo definido para recebimento provisório da mercadoria e estando todos os produtos em conformidade com a Nota de Empenho, o servidor do departamento solicitante atestará na Nota Fiscal o recebimento definitivo encaminhando a mesma para pagamento. **Das embalagens:** Os produtos devem ser entregues na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, acompanhados da documentação fiscal, com especificação dos quantitativos discriminados na Nota Fiscal apresentados em unidades individualizadas. A assinatura no conhecimento da empresa transportadora não implica/atesta o recebimento definitivo da mercadoria ou que a mesma esteja em conformidade com a Nota de Empenho/Contrato. Não serão aceitos, em hipótese alguma, a entrega do objeto com especificação diversa a contida no contrato. A contratada deverá comunicar imediatamente a contratada, a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega do produto. **Do Pagamento:** Os Pagamentos serão efetuados após a entrega dos materiais, mediante emissão de nota de empenho e em até 30 (trinta) dias da data do recebimento definitivo atestado em Nota Fiscal pelo servidor responsável. O pagamento será efetuado exclusivamente através de depósito em conta bancária de titularidade da contratada. A NOTA FISCAL deverá vir com o objeto minuciosamente descrito em conformidade com o empenho, onde estão descritas as respectivas individualidades de cada um, e nos termos da instrução normativa 1234/12, da RFB que dispõe sobre o IR retido na fonte, requer seja destacado na nota fiscal a alíquota e valor do IR a ser retido. Constatados erros, divergências ou outra causa nos documentos apresentados à cobrança pela proponente Contratada, os pagamentos ficarão retidos até que seja realizada a correção dos problemas. A liberação dos pagamentos ficará condicionada a regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante a verificação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), prova de regularidade relativa a Fazenda Federal (Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), das que foram apresentadas e estiverem fora da validade. **Da Dotação Orçamentária:** Os pagamentos decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária: 03.01.2.003.3.3.90.30.00.00.00.00.1001 – Manutenção da Coordenação de Administração - 3.3.90.30.28.00.00.00 – Material de Proteção e Segurança. **Das Obrigações da Contratada:** Entregar o objeto em estrita conformidade com as especificações contidas no contrato e proposta de preços apresentada, à qual se vincula, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas. Responsabilizar-se pelo objeto entregue, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, preposto, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à contratante e a terceiros. Certificar-se, preliminarmente, de todas as condições



exigidas deste contrato, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento. Comunicar, imediatamente e por escrito, o CIRUSPAR, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providencias de regularização necessária. Atender com prontidão as reclamações por parte do Contratante. Garantir a qualidade do objeto, devendo reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar impróprio para uso no prazo máximo de 5 (cinco) dias. Comunicar a contratante, imediatamente, a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso na entrega do objeto deste contrato. Cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor - conforme Lei nº 8.078/98, que sejam compatíveis com o regime de direito público. Havendo divergência entre o produto solicitado e o entregue, o Fiscal do Contrato efetuará a notificação à empresa para que sejam sanadas as possíveis irregularidades no prazo fixado pelo gestor do contrato devidamente justificado. **Das Obrigações da Contratante.** Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato. Comunicar prontamente a Contratada, qualquer anormalidade no objeto, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Contrato. Comunicar à Contratada qualquer irregularidade manifestada no cumprimento do acordo, para que sejam adotadas as medidas pertinentes. **Das Sanções:** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o fornecedor registrado que: Der causa à inexecução parcial da ata de registro de preços; Der causa à inexecução parcial da ata de registro de preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; Der causa à inexecução total da ata de registro de preços; Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do registro de preços sem motivo justificado; Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ata de registro de preços; Praticar ato fraudulento na execução da ata de registro de preços; Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Serão aplicadas ao fornecedor registrado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções: **Advertência**, quando o fornecedor registrado der causa à inexecução parcial ata de registro de preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima desta ata, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave. **Multa:** (1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias; O atraso superior a 31 dias autoriza a Administração a promover a extinção da ata de registro de preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas: (2) Compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da ata, no caso de inexecução total do objeto; A aplicação das sanções previstas nesta ata de registro de preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao órgão gerenciador. Todas as sanções previstas nesta ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CIRUSPAR ao fornecedor registrado, além da perda desse valor, terá a diferença descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, se inerte o fornecedor no seu recolhimento administrativo, no prazo máximo de 30 (trinta) a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo CIRUSPAR. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor registrado, observando-se o procedimento previsto em Resolução própria desse CIRUSPAR. Na aplicação das sanções serão considerados: a) A natureza e a gravidade da infração cometida b) As peculiaridades do caso concreto; c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes; d) Os danos que dela provierem para o órgão gerenciador; e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle A personalidade jurídica do fornecedor registrado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o fornecedor registrado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Regulamento. **Da Vigência** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados da sua assinatura. **Da Extinção e Rescisão da Ata de RP:** A Ata de Registro de Preços se extingue quando vencido o prazo estipulado independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes. A Ata de RP poderá ser rescindido amigavelmente pelas partes ou unilateralmente pela administração na ocorrência dos casos previstos, sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo CIRUSPAR em determinado contrato de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas: a) - Por razão de interesse público; b) - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou c) - Se não houver êxito nas negociações, nos casos em que o preço se tornar superior aos praticados no mercado. Caso a proponente vencedora da dispensa de

licitação se recusar a assinar o contrato ou houver cancelamento do registro de preços, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste edital, o CIRUSPAR convocará os demais participantes conforme a ordem de classificação, observando: a) Os participantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário (vencedor); b) Os participantes que mantiverem sua proposta original; c) Por acordo entre as partes, precedida de autorização escrita e fundamentada do Presidente do CIRUPAR e reduzidas a termo no respectivo processo. **Da Vinculação:** A presente Ata vincula-se a Dispensa de Licitação n.º 10/2024 - Processo n.º 51/2024. **Do Fiscal e Gestor do Contrato:** A Administração indicará como fiscal deste contrato a Técnica em Segurança do Trabalho, **Marieli da Silva Galvão**, a Ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. A Administração indicará como gestor deste contrato, o **Jackson Maurício Cesco Ribeiro**, dentro dos padrões determinados pela Lei nº 14.133, de 2021, para receber apontamentos do fiscal do contrato bem como analisar e realizar atos que venham a alterar a execução deste contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes, deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes. **Foro:** Fica eleito o foro da Comarca de Pato Branco - PR. para dirimir questões relativas ao presente contrato, com a expressa e formal renúncia de outro qualquer, por mais privilegiado que seja. Assim, por estarem certos e ajustados obrigando-se a bem e fielmente cumprir todas as disposições do Contrato, firmam-no em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

**Disnei Luquini**  
**Presidente do CIRUSPAR**

**- Contratada**  
**- Representante legal.**

**ANEXO I – DESCRIÇÃO DO ITEM REGISTRADO**

Item	Qtde	Und	Descrição	RS Unit	RS Total
1	1200	Cx.	Luva de procedimento em látex, tamanho G. USO HOSPITALAR. Levemente talcada, não estéril. Para procedimentos não cirúrgicos. Uso único, individual e por procedimento, não deve ser reprocessado. Composição: Látex natural, levemente talcada com pó absorvível (amido de milho). Anatômicas, ambidestras. Caixas dispensadora com 100 unidades cada (50 pares). Aprovada pelo Ministério da Saúde e Registro Anvisa. Deve atender as exigências da RDC nº05 de 15 de fevereiro de 2008 (CA e Lote impressos no punho). BR0269892. Cód. 15370		
2	300	Cx.	Luva de procedimento em látex, tamanho GG/XG. USO HOSPITALAR. Levemente talcada, não estéril. Para procedimentos não cirúrgicos. Uso único, individual e por procedimento, não deve ser reprocessado. Composição: Látex natural, levemente talcada com pó absorvível (amido de milho). Anatômicas, ambidestras. Caixas dispensadora com 100 unidades cada (50 pares). Aprovada pelo Ministério da Saúde e Registro Anvisa. Deve atender as exigências da RDC nº05 de 15 de fevereiro de 2008 (CA e Lote impressos no punho). BR0287713. Cód. 15371		
3	300	Cx.	Luva de procedimento nitrílica, tamanho GG/XG, para uso médico, produzida em 100% borracha nitrílica, nas cores branca ou azul, maior proteção, isenta de talco e evita alergia e irritação. Caixa com 100 unidades. Com CA do Ministério do Trabalho. BR0313652. Cód. 15770		
<b>TOTAL</b>				<b>R\$</b>	